

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101

VIDA URBANA

Cerca de 30% das rodovias estão ruins

TRANSPORTE Pesquisa CNT, divulgada anualmente, aponta que apenas 32,6% das estradas em Goiás são consideradas boas ou ótimas quanto a pavimentação, sinalização e geometria da via

Vandré Abreu
vandreb@opopular.com.br

Em 29,3% das rodovias federais e estaduais em Goiás os motoristas encontram uma situação ruim ou péssima, de acordo com a Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgada nesta semana. Além disso, 38,1% das vias foram consideradas apenas em situação regular e 32,6% estariam ótimas ou boas para o tráfego. A coleta de dados ocorreu entre maio e julho deste ano e os pesquisadores percorreram 7.463 quilômetros (km) das estradas goianas, o que representa 29,15% de toda a malha rodoviária do Estado. Foram 3.869 km de rodovias estaduais (18,02% do total) e 3.594 de federais (86,42% do total).

No todo, o levantamento passou por 38 trechos de rodovias estaduais e 18 de federais. A pior situação encontrada foi na GO-225, que liga as cidades de Pirenópolis a Santo Antônio do Descoberto. Ela foi avaliada como péssima nos quesitos pavimentação e geometria da via, mas tendo boa sinalização. Já a GO-230, no entroncamento com a BR-251, que liga Itanópolis a Goiânia, a pavimentação também foi considerada péssima, a sinalização regular e a geometria da via ruim. Outro trecho considerado ruim é a rodovia GO-010 com a BR-457, que compartilham o trecho entre Goi-



Trecho da GO-010, apontada como ruim pela pesquisa da Confederação Nacional do Transporte

ânia e Leopoldo de Bulhões. No caso, a pior situação é quanto à geometria da via, considerada também ruim, enquanto a pavimentação e a sinalização estavam apenas regulares.

A Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) discorda da avaliação feita pela CNT em relação aos dois trechos. Na avaliação da agência, mediante relatórios das equipes de manu-

tenção, a rodovia GO-225 "possui um resultado no patamar entre boa a regular". "Quanto a GO-230 a avaliação da Agetop também é diferente. Foram avaliados somente três quilômetros que não representam o total da via. E neste segmento as equipes fazem a manutenção rotineira", informou em nota. Não houve uma resposta específica sobre a GO-010, que é um

trecho participante da lei que permite a concessão de rodovias estaduais, com a cobrança de pedágio em troca da manutenção e conservação da via.

Por outro lado, a Agetop informa que "foi avaliada somente 52% da malha pavimentada e 18% do total da malha rodoviária estadual". O que não representaria a condição total da malha, que é de 21.457 km. Assim

mesmo, a agência admite que "aproveita alguns indicadores da pesquisa da CNT para nortear seu programa de manutenção da malha rodoviária pavimentada estadual".

INDICADORES

Dentre as rodovias analisadas neste ano o problema mais recorrente se refere à geometria da via, em que 16 dos 56 trechos receberam a avaliação de péssimo. Destes casos, apenas um é federal, a BR-158. Segundo a CNT, neste item são avaliados o tipo de rodovia (pista simples ou dupla), a presença de faixa adicional de subida (terceira faixa), de pontes, de viadutos, de curvas perigosas e de acostamento. Além disso, as rodovias em Goiás também foram avaliadas como péssimo em pavimentação, nas já citadas GO-225 e GO-230, e uma vez em sinalização, na GO-142, entre Santa Teresinha de Goiás e a divisa do Estado com o Tocantins.

Em compensação, a avaliação geral de ótimo só foi dada para os 29 km percorridos na BR-457, entre Leopoldo de Bulhões e a região de Cristalina. Essa avaliação aparece ainda outras quatro vezes no quesito pavimentação. No ano passado, a pesquisa da CNT avaliou 6.666 km de rodovias em Goiás, em que, 7,7% dos trechos no Estado foram considerados ótimos; 26,9%, bons; 39,3% regular; 18,7% ruim; 7,4% péssimo.



Cerca de 30% das rodovias estão ruins

Para Agetop, só 2% tem buracos

De acordo com a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), 98% da malha pavimentada das rodovias estaduais em Goiás “não apresenta buracos ou irregularidades do tipo”, estando em boas condições de trafegabilidade. A avaliação é feita pela própria agência, por meio de “monitoramento diário e ininterrupto realizado pelo Sistema FOR”, em dados do mês de setembro. “Na malha não pavimentada 91% das rodovias se encontram em boas condições de trafegabilidade, devido às intervenções rotineiras das equipes de conservação”, avalia. A agência informa ainda que entre 2011 e 2018, 5.300 quilômetros (km) de rodovias estaduais fo-

ram reconstruídas em Goiás.

“Dos 4.333 restantes desta malha, somente 2,4 mil possuem necessidade de intervenções, o que não afeta a condição de tráfego devido aos serviços de manutenção do pavimento que são constantes e sistemáticos para permitir o tráfego em condições regulares para o cidadão. Este quantitativo está incluído no programa de reconstrução de rodovias com alguns trechos em obras”, considerou a agência em nota. Já em relação à sinalização das rodovias estaduais, a Agetop informou que se encontra em andamento um processo licitatório para sinalização de toda a malha rodoviária estadual, com prioridade para os trechos

com necessidade de revitalização da sinalização horizontal”.

Segundo a pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT), nos 56 trechos pesquisados (estaduais e federais) “são necessários R\$ 2,55 bilhões para as ações emergenciais de reconstrução e restauração das vias (trechos com a superfície do pavimento apresentando trinca, remendos, afundamentos, ondulações, buracos ou destruída) e com a implementação de sinalização adequada. Já para a manutenção dos trechos desgastados, o custo estimado é de R\$ 1,35 bilhão. A estimativa é feita com base nos custos médios do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (D-

NIIT). Ao mesmo tempo, o custo operacional para rodar nas rodovias goianas é onerado em 32,9% pelas condições das vias.

FEDERAIS

O DNIT foi procurado pela reportagem na tarde de ontem sobre os trechos de rodovias federais em Goiás, mas não encaminhou respostas até o fechamento desta edição. Assim como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre os 743 km pesquisados das rodovias concedidas, que recebem fiscalização do órgão. Em relação a apenas as rodovias federais, a pesquisa CNT aponta que 25% dos trechos pesquisados são considerados ruins ou péss-

imos. Nos trechos concedidos, esse patamar é de apenas 1,3%, sendo todos ruins e nenhum avaliado como péssimo.

Já em pesquisa realizada pelo próprio DNIT, divulgada no último dia 10, em que toda a malha rodoviária federal foi analisada, a quantidade de vias consideradas ruins ou péssimas foi ainda maior, chegando a 30%. Neste levantamento, o órgão federal calcula o Índice de Condição de Manutenção (ICM), em que é considerado ruim quando o valor encontrado fica entre 50 e 70, e péssimo quando está acima de 70. O cálculo leva em conta a pavimentação (defeitos encontrados) e a conservação (roçada, drenagem e sinalização).



Café da Manhã

Dívidas

As OSs acabaram se tomando um calo, também, para a gestão estadual em **Goiás**. As dívidas do **Estado** para com elas são milionárias.



Elias Vaz quer auditoria em hospitais geridos por OSs em Goiás

O vereador Elias Vaz (PSB) vai encaminhar ao governador eleito Ronaldo Caiado, as irregularidades detectadas em Organizações Sociais (OSs) que administram hospitais públicos em Goiás. Ele também irá solicitar a Caiado a realização de auditoria nos contratos e execução dos serviços. "As OSs estão cobrando pagamentos atrasados do governo na ordem de quase R\$300 milhões, mas é preciso primeiro saber se o serviço foi realmente prestado. Também é muito importante rever os contratos porque detectamos várias irregularidades", afirma o vereador. Elias teve acesso a um processo que está tramitando na Justiça do Trabalho, segundo ele, revela problemas graves (Crer), como a seleção de pacientes, falhas no sistema de controle por metas e tráfico de influência. A responsável pelo Crer é a Associação Goiana de Integralização e Reabilitação (Agir). "Pelo que apuramos, o que importava não era a necessidade do paciente, mas reduzir gastos e aumentar a margem de lucro. Entre fazer uma consulta e outro procedimento mais barato, como um hemograma, com custo de R\$2, a gestora costumava optar, segundo o processo, pelo que permitia economizar", explica. Ainda de acordo com o vereador, há contradições na prestação de contas da OS, divulgada pelo site da Secretaria Estadual de Saúde. De 2014 a 2017, o valor do contrato entre o governo do Estado e a Agir subiu 60%, de R\$5.183 milhões/mês para R\$8.319 milhões/mês. No entanto, a prestação de serviço não seguiu a mesma proporção. Houve queda de 42,44%, por exemplo, no número de cirurgias realizadas. Em 2014, a meta era de 4.128 cirurgias e o total realizado foi de 8.995. O volume registrou decréscimo ano a ano, caindo para 5.177 cirurgias em 2017.





TCE suspende licitação na Iquego

- O Tribunal de Contas do Estado suspendeu cautelarmente os procedimentos licitatórios para a implantação do modelo de parceria público privada (PPP) na Iquego, cuja licitação tinha abertura marcada para quarta-feira, dia 17.
- A suspensão já havia sido determinada pelo conselheiro Sebastião Tejota, em despacho singular do dia 11 de outubro, com referendo do Tribunal Pleno na sessão realizada na tarde da última quarta-feira.
- As irregularidades apontadas incluem falta de clareza e precisão na definição do objeto, ausência de estudos e projetos que detalhem os investimentos fabris esperados, inadequação da delimitação do portfólio de medicamentos e insumos a serem contratados, ilegalidade na constituição do fundo garantidor e inconsistência do estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira.
- Diante dos fatos, a Gerência de Fiscalização do TCE solicitou a cautelar. Tejota, então, abriu prazo de defesa à Iquego, não obtendo resposta, razão pela qual decidiu pela suspensão cautelar da licitação até que sejam sanadas as irregularidades apontadas.